



GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO



## PARECER DE RELATORIA

**Referência:** Projeto de Lei 62/2023

**Autor:** Deputado Cleiton Cardoso

**Assunto:** Dispõe sobre a reserva de vagas às mulheres nos cargos de direção, chefia ou coordenação da Administração Pública Estadual.

**Relator:** Deputado Professor Júnior Geo

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJ

#### 1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 62/2023, de autoria do Deputado Eduardo Mantoan, dispõe sobre a reserva de vagas às mulheres nos cargos de direção, chefia ou coordenação da Administração Pública Estadual.

A Propositura visa fomentar a ocupação feminina dos espaços de Poder, garantindo maior paridade de gênero.

É o breve relatório.

#### 2. DO FUNDAMENTO JURÍDICO

Inicialmente, cumpre mencionar que a igualdade é um preceito constitucional estabelecido no art. 5º, *caput*, da Constituição da República. Outrossim, a Carta Magna preconiza que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Tanto a ordem internacional quanto a ordem constitucional brasileira exigem o aprofundamento da democracia com a inclusão efetiva das mulheres em espaços de poder decisórios.

Considerando que a participação nas instituições públicas é um meio especialmente efetivo de influenciar as regras políticas e as políticas públicas do Estado, parece inegável que a participação equitativa de homens e mulheres seja uma condição mínima para a construção da igualdade e da cidadania.

Nesta senda, o art. 2º, da Constituição do Estado do Tocantins, dispõe que a igualdade é um princípio fundamental do Estado. Por conseguinte, é dever deste promover ações que viabilizem a efetividade do referido ditame constitucional.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

A reserva de cargos de direção, chefia e coordenação é um avanço no sentido de garantir maior participação feminina na condução da coisa pública, bem como garante efetiva representatividade.

Ademais, convém destacar que a matéria de que trata a Propositura sob análise não integra o rol das que são de competência privativa do Poder Executivo.

Ante ao exposto, verifico a constitucionalidade da matéria e adequação à técnica legislativa, motivo pelo qual voto pela **APROVAÇÃO** da Projeto de Lei nº 62/2023, de autoria do Deputado Estadual Cleiton Cardoso.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2023.

  
PROFESSOR JÚNIOR GEO

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

Aprovado, o Parecer do(a) Relator(a)  
Deputado(a) *Prof. Junior Geo*, referente  
ao(a) *PL* n° *62* / *2023* na Reunião da Comissão de  
**Constituição, Justiça e Redação.**

Encaminhe-se(a) (ao) *Comissão Especial Tributária  
Fiscalização e Control.*

Sala das Comissões, *30* de *maio* de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

**MEMBROS SUPLENTE**

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**